

O lugar da cultura nas políticas de reabilitação de centros urbanos: apontamentos a partir do caso do Porto*

João Queirós**

Resumo

Fenómenos intrinsecamente culturais, as cidades constituíram sempre, em todos os momentos da História, importantes pólos de criatividade, inovação e efervescência artística. Nas últimas décadas, e acompanhando as profundas transformações económicas, sociais e políticas que têm caracterizado os centros urbanos, a dimensão cultural das cidades, sobretudo nos países capitalistas avançados, tem visto reforçada a sua centralidade, enquanto factor de diferenciação e trunfo decisivo no jogo da competição interurbana.

A confiança na convertibilidade do capital simbólico em ganhos de natureza económica incita as políticas urbanas à aposta na cultura, com vista a uma tal conversão, no quadro do reforço da atractividade necessária à captação de fluxos de pessoas, bens e capital de investimento.

É, pois, sobre as relações que, em contexto urbano, hoje se estabelecem entre o campo cultural e o campo político que o presente artigo se debruça. Tomando por referência o caso do Porto, a aproximação ao tema faz-se através da análise do lugar que a cultura actualmente ocupa nas estratégias políticas de reconfiguração física, socioeconómica e identitária do espaço urbano, em particular nas iniciativas tendentes à reabilitação da área central da cidade.

Simultaneamente, o artigo procura evidenciar o papel – real ou potencial – de algumas associações, projectos e espaços culturais emergentes nas operações de reabilitação urbana da Baixa do Porto, com o objectivo de compreender o (des)ajustamento dos seus objectivos e lógicas de funcionamento com os objectivos do campo político e o conjunto das consequências – previstas ou não – dessa articulação.

* Versão portuguesa da comunicação apresentada pelo autor na *First International Conference of Young Urban Researchers* (Lisboa, ISCTE, 11 e 12 de Junho de 2007), intitulada “The role of culture in urban regeneration policies: research notes drawn from Porto’s case”. O artigo reproduz algumas das conclusões de uma pesquisa sociológica desenvolvida no Porto durante o ano de 2005. Vd. João Queirós e Vanessa Rodrigues, *Recriar a Cidade. Dinâmicas culturais emergentes e reabilitação urbana da Baixa do Porto*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dezembro de 2005 (dissertação de licenciatura).

** Sociólogo. Investigador bolseiro no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito do projecto *Transformações Sociais numa Colectividade Local do Noroeste Português*. Críticas, comentários e sugestões devem ser enviadas para: jqueiros@letras.up.pt.

1. As cidades sob o capitalismo flexível

Sabemos já – pelo menos desde Lefebvre (1970; 1981) – que cada sociedade cria os seus espaços (as suas cidades, se preferirmos) e que estes assumem uma importância decisiva na produção e reprodução das bases fundamentais da organização social. Sob o capitalismo, a estruturação do espaço urbano tende a articular-se com os principais traços do regime de acumulação dominante, facilitando a consolidação e aprofundamento das relações sociais que lhe são características. A história das cidades é, por isso, a história do capitalismo e das suas crises, a história de como o sistema continuamente constrói, destrói e reconstrói os seus espaços.

As crises iniciadas na transição da década de 1960 para a década de 1970, que viriam a decretar a falência do modelo de desenvolvimento fordista e a abrir caminho à emergência e consolidação de um modelo de desenvolvimento baseado na flexibilização económica e social, marcam o início de um processo de profunda transformação urbana.

As cidades fordistas constituíam pólos de desenvolvimento industrial e económico, concentrando actividades produtivas e serviços especializados, bem como importantes reservas de mão-de-obra. A reprodução da força de trabalho e a neutralização dos conflitos era assegurada pelo intervencionismo estatal nos domínios da habitação, infra-estruturas e serviços, transportes e protecção social. A cidade que desponta das condições de crise do modelo de desenvolvimento fordista é significativamente distinta. Nela se reflectem e amplificam os principais traços do novo regime de acumulação flexível. Desindustrialização, terciarização, perda de importância no seio dos circuitos de circulação do capital, desocupação funcional de vastas áreas, diversificação das formas urbanas e urbanismo competitivo, suburbanização, são algumas das tendências que transformam a estrutura das cidades contemporâneas.

Num contexto de grande instabilidade e forte concorrência como é o do capitalismo flexível nascido das crises globais dos anos 70, as cidades precisam de encontrar novas estratégias de revalorização económica, social e simbólica, com vista à sua reafirmação enquanto pólos de extracção de valor. A atracção de investimentos passa para o primeiro plano das preocupações políticas. A competição interurbana intensifica-se. Harvey (1985: 212-218; 1989a: 43-58) enumera os quatro grandes *leitmotive* da crescente disputa entre cidades:

1. Competição no quadro da *divisão espacial do trabalho* – especialização territorial das actividades e especialização funcional das cidades, mas também diversificação de estratégias económicas e produtivas;

2. Competição no quadro da *divisão espacial do consumo* – centralidade da economia de bens simbólicos, valorização do turismo, estilização da vida urbana, diversificação das ofertas, promoção de espaços de lazer e consumo;

3. Competição por *funções de comando* – controlo dos centros de decisão política e económica de âmbito transnacional, das actividades de alta finança, dos sectores económicos de ponta;

4. Competição pela *redistribuição* – influência e controlo das funções de redistribuição no seio de uma região alargada.

A intensificação da competição interurbana lança as cidades na corrida pelos trunfos capazes de decidir a seu favor o jogo da distinção e a consequente atracção de investimentos. Muitas cidades jogam em vários tabuleiros ao mesmo tempo, na expectativa de obtenção de resultados mais consistentes e duráveis, mas é a competição no quadro da divisão espacial do consumo aquela que, actualmente, mais mobiliza os actores políticos responsáveis pelo planeamento e gestão urbana. A inconstância das regras da competição no quadro da divisão espacial do trabalho – resultante do incremento da mobilidade do capital e dos intensos processos de deslocalização produtiva –, a diminuição da importância das funções de redistribuição – na sequência da desterritorialização dos processos económicos decorrente do movimento de globalização capitalista – e os elevados direitos de entrada na competição por funções de comando – reservada a um punhado de metrópoles centrais (Los Angeles e Nova Iorque, Londres e Bruxelas, Pequim e Tóquio) – conduzem uma parte muito significativa das cidades do capitalismo avançado a uma aposta deliberada na competição no quadro da divisão espacial do consumo, num processo estreitamente associado às principais tendências de mudança na configuração ideológica dominante, a qual autores como Harvey (2000) ou Jameson (1991) genericamente definem como a passagem do modernismo ao pós-modernismo.

As cidades assumem progressivamente o papel de *laboratórios* onde fermentam as grandes linhas estratégicas do capitalismo contemporâneo. Neil Smith (2002) fala no surgimento e consolidação de um “novo urbanismo” dimanado do “novo globalismo” em que assenta o capitalismo flexível. Para o autor, há um “nexo especial” entre a mudança global e a mudança urbana: o neoliberalismo está a redefinir o urbano tanto como está a redefinir o global, através do desenvolvimento de novas formas de urbanização capitalista que alteram a escala das cidades e reforçam as suas funções como espaços de *produção social* (e não tanto como espaços de *reprodução social*, como acontecia nas cidades fordistas).

Já em 1989, a intensificação da competição interurbana levava Harvey (1989b) a falar numa passagem da “gestão” [*managerialism*] para o “empreendedorismo” [*entrepreneurialism*] em matéria de política urbana. Esta tendência de reforço da proactividade da política de fazer cidade tem-se, entretanto, consolidado. À medida que a aposta se vai progressivamente orientando para a

atração de capital de investimento, as funções sociais das cidades vão sendo desmanteladas. Novas políticas económicas e novas políticas urbanas articulam-se na promoção de novas estratégias e projectos de reconfiguração das cidades. Estes vinculam-se harmoniosamente às principais coordenadas da agenda económica e social do neoliberalismo, reflectindo-as e aprofundando-as (Figura 1)¹.

Figura 1 A articulação entre as novas políticas económicas, as novas políticas urbanas e as novas estratégias e projectos de reconfiguração dos espaços urbanos



Esquema desenvolvido a partir da proposta de Erik Swyngedouw, Frank Moulaert e Arantxa Rodriguez (2002).

A fragilidade financeira dos governos locais, agravada pelas políticas de contenção da despesa pública ditadas pelas instâncias nacionais e supranacionais, torna os projectos de reconfiguração do

¹ Para um aprofundamento da análise em torno da actual fase do neoliberalismo e das suas manifestações em contexto urbano, vd. os esclarecedores artigos de Peck e Tickell (2002) e Weber (2002).

espaço urbano extremamente apetecíveis, uma vez que estes possibilitam o afluxo directo e indirecto de avultadas somas, não só através da venda de terrenos e imóveis públicos, mas também através do incremento dos dividendos fiscais e do alargamento do leque de fontes de receita (por via do eventual crescimento do turismo, da abertura de novos espaços comerciais, da criação de espaços de entretenimento e lazer, do desenvolvimento de actividades de restauração e animação nocturna, da instalação de sedes de multinacionais e de serviços de apoio às empresas, etc.).

Um pouco por toda a Europa e América do Norte, multiplicam-se os projectos de desenvolvimento urbano de larga escala (requalificação de frentes marítimas e ribeirinhas, parques tecnológicos e centros de congressos e exposições, reconversão de antigas zonas industriais)²; os equipamentos culturais e as áreas de lazer e consumo; as zonas industriais e os parques empresariais (vocacionados geralmente para o sector das *novas tecnologias* ou para outras actividades de elevado valor acrescentado); as candidaturas à organização de eventos culturais e desportivos de âmbito internacional (cuja conquista impõe geralmente a concretização de vastas operações urbanísticas); as iniciativas de patrimonialização e reabilitação de centros urbanos em declínio.

Em Portugal, os exemplos são numerosos: classificação de cidades e centros históricos como Património Mundial da Humanidade (Angra do Heroísmo, Évora, Guimarães, Porto); Capitais Europeias da Cultura (conceito replicado à escala nacional, com resultados ainda por aferir); Centro Cultural de Belém e Casa da Música; Expo '98 e reconversão urbanística da zona oriental de Lisboa; Euro 2004; Programa Polis; Docas de Lisboa e Cais de Gaia; empreendimentos turísticos de grande dimensão; reabilitação urbana no Porto, em Lisboa e noutras cidades de menor dimensão.

A tónica dos discursos é crescentemente direccionada para a necessidade de rentabilização dos *traços distintivos* e de aposta nos *factores de diferenciação* dos contextos urbanos. A *imagem* da cidade ocupa, por isso, cada vez mais, o centro das preocupações políticas. A crença na transmutação do capital simbólico em capital económico tornou-se um pilar fundamental das estratégias urbanas, compelindo os responsáveis políticos a intervir no sentido do reforço da atractividade das suas cidades enquanto centros de cultura, turismo e consumo. O pós-modernismo encontra, assim, tradução nas novas formas de fazer cidade. A competição interurbana alimenta-o continuamente, fazendo surgir inovações significativas ao nível da arquitectura e formas urbanas, dos espaços públicos, da oferta cultural, comercial e residencial, dos espectáculos e eventos promocionais, e promovendo a sua emulação em contextos histórica, geográfica e socialmente muito diferenciados. O objectivo é captar investimentos – de forma directa, desde logo, mas

² Uma análise aprofundada de treze projectos deste tipo promovidos em outras tantas cidades europeias pode ser encontrada num artigo recente da autoria de Erik Swyngedouw, Frank Moulaert e Arantxa Rodriguez (2002).

também por via da atracção de profissionais, turistas e novos residentes – que compensem a desindustrialização e a perda de protagonismo nos planos económico e financeiro.

Como seria de esperar, o Porto não foge a esta regra. A entrada em força nas estratégias e discursos dos responsáveis municipais do tema da reabilitação urbana não deixa dúvidas quanto a esse facto. O centro da cidade surge cada vez mais como o factor de diferenciação capaz de possibilitar a (re)afirmação nacional e internacional do Porto. Ambiciosa e plurifacetada – integra, numa estratégia comum, grandes projectos de reconversão urbanística do espaço público e do parque edificado, operações de dinamização turística, cultural, comercial e económica e gentrificação³ –, a actual orientação das políticas de reabilitação urbana do centro do Porto constitui a materialização evidente dos objectivos do urbanismo competitivo e uma clara tentativa de transformação da imagem e estrutura da cidade.

As medidas concretas projectadas pela *Porto Vivo*, a Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa do Porto, criada em finais de 2004, vão de encontro aos grandes desígnios das novas políticas urbanas e representam um programa coerente de cativação de investimentos e de atracção de grupos estratégicos para a recomposição socioeconómica da cidade, designadamente turistas, profissionais altamente qualificados e novos residentes. No quadro deste programa, a cultura ocupa, como não poderia deixar de ser, um papel de grande centralidade⁴.

2. A economia cultural das cidades contemporâneas

Não é de agora a relação entre actividade económica, produção cultural e organização das cidades (Pratley, 1994: 244-248). No capitalismo flexível, a convergência, em contexto urbano, entre economia, cultura e política de fazer cidade parece ser, todavia, cada vez mais profunda e operante (Scott, 1997).

³ Em poucas palavras, a *gentrificação* designa a reocupação das áreas centrais das cidades por indivíduos ou famílias pertencentes a estratos sociais detentores de recursos socioeconómicos e culturais superiores aos dos indivíduos e famílias que tradicionalmente nelas habitam.

⁴ O *Masterplan* da Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa do Porto propõe três eixos de intervenção estratégica: *dinamização do turismo*, associada ao desenvolvimento das actividades culturais e de lazer e à requalificação dos espaços públicos; *revitalização do comércio*, através da qualificação e adequação da oferta às novas procuras protagonizadas por turistas e novos residentes; *promoção do negócio*, com base nos princípios da “criatividade e sustentabilidade” e na fixação de novas actividades, nomeadamente em sectores de ponta. Os eixos de intervenção estratégica definidos desdobram-se, por sua vez, numa série de medidas genericamente subordinadas ao objectivo de fazer do Porto “uma cidade moderna, cosmopolita e integrada no roteiro das principais cidades europeias”, capaz de atrair capital de investimento e grupos sociais afluentes. O *Masterplan* da *Porto Vivo* pode ser consultado *online* em www.portovivosru.pt.

Nas cidades do capitalismo avançado, a desindustrialização e a intensificação da competição interurbana têm contribuído decisivamente para acelerar a mudança na percepção da importância económica da cultura, agora generalizadamente assumida como elemento central das estratégias políticas de desenvolvimento urbano. A crença na convertibilidade do capital simbólico em ganhos de natureza económica incita as cidades à aposta na imagem, no património e na cultura, com vista a uma tal conversão, no quadro do reforço da atractividade necessária à captação de investimentos.

Segundo David Pratley (1994: 250-252), os impactes económicos da cultura manifestam-se, em contexto urbano, de sete formas distintas:

1. Sob a forma de receitas directas: venda de objectos culturais, venda de bilhetes para espectáculos, etc.;
2. Sob a forma de receitas indirectas: gastos em hotéis, restaurantes, transportes, etc., tanto da parte dos produtores como da parte dos consumidores de actividades culturais;
3. No mercado de trabalho, através da criação directa e indirecta de novos empregos;
4. Na atracção de investimento, através da transformação da imagem e do perfil cultural da cidade;
5. Na promoção e legitimação de operações de reestruturação física dos espaços urbanos;
6. Na reconfiguração dos ambientes urbanos: reabilitação urbana dos centros históricos, conservação do património edificado, desenvolvimento de usos alternativos para edifícios devolutos, projectos artísticos no espaço público;
7. No desenvolvimento do turismo cultural e de todas as actividades a ele associadas.

O reconhecimento da importância económica da cultura e do seu papel na promoção da competitividade territorial conduz a uma progressiva *culturalização* das políticas urbanas. Pela mão dos produtores culturais, claro, mas, cada vez mais, também pela mão dos responsáveis políticos, a arte e a cultura invadem a cidade, tornando-a, a pouco e pouco, uma “imensa acumulação de espectáculos” (Harvey, 1989a: 272). As agendas políticas das cidades alteram-se: boa parte dos principais temas em discussão são agora os que, directa ou indirectamente, dizem respeito às actividades e eventos culturais.

Pensemos, por exemplo, no caso português: depois da Europália, das Capitais Europeias da Cultura, da Expo '98, do Euro 2004, do Rock in Rio e de outros eventos de monta, continuam a multiplicar-se as candidaturas à organização e acolhimento de iniciativas de âmbito internacional, dos costumeiros eventos desportivos à gala de apresentação das novas *Sete Maravilhas do Mundo*, passando pelos Prémios Europeus de Música da MTV (houve até quem falasse numa candidatura de Lisboa à organização dos Jogos Olímpicos de 2016). De ano para ano, cresce o peso das despesas com cultura nos orçamentos municipais, mesmo nos municípios mais pequenos e com

menos recursos do interior do país: criam-se bibliotecas, abrem-se museus, constróem-se centros culturais (muitas vezes sobredimensionados face às necessidades locais e incapazes de assegurar uma programação regular e ecléctica); multiplicam-se as feiras, certames, festivais e acções de animação de rua; generalizam-se as campanhas de promoção turística e divulgação das *imagens de marca* das cidades e concelhos, na maior parte dos casos alicerçadas na valorização do património histórico, cultural e identitário; cresce o número de espaços de lazer e consumo, com destaque para os centros comerciais, realidade que deixou de ser exclusiva dos grandes centros urbanos.

A cultura – entendida aqui em sentido lato – é o mote para boa parte das intervenções em contexto urbano. Crescentemente assumida como elemento decisivo de estruturação das formas de pensar e fazer cidade, peça fundamental de estratégias de reforço da atractividade dos espaços urbanos relativamente aos fluxos nacionais e internacionais de investimento, a cultura motiva, agiliza e legitima muitas das estratégias actuais de reconfiguração física, socioeconómica e identitária do espaço urbano. Para as cidades que, como o Porto, perderam protagonismo económico na sequência de intensos processos de desindustrialização, as actividades culturais surgem como uma nova oportunidade de participação no jogo da competição interurbana.

Num contexto como o que acabámos de descrever, a hipótese da interpenetração entre cultura e reabilitação de centros urbanos adquire especial acuidade. O papel da cultura na promoção do sucesso das operações de reconversão das áreas centrais das cidades parece poder assumir pelo menos cinco formas distintas:

1. Enquanto instrumento particularmente eficaz de justificação e legitimação de estratégias de planeamento e organização urbana e de mobilização de vontades em torno de finalidades políticas;
2. Na recuperação física de edificios e espaços públicos destinados à instalação de associações ou projectos culturais e/ou comerciais ou à dinamização de eventos (não apenas de âmbito local, mas frequentemente de âmbito mais alargado);
3. Na recomposição sociodemográfica das áreas urbanas reabilitadas e a reabilitar, através da criação de um contexto favorável à emergência e consolidação de fenómenos de gentrificação;
4. Na dinamização económica das áreas reabilitadas (surgimento de novas actividades, atracção de novos residentes e novos visitantes, atracção de novos e mais diversificados investimentos) e das próprias operações de reabilitação (alargamento e diversificação das fontes de financiamento);
5. Na renovação identitária e imagética dos contextos reabilitados e a reabilitar, elemento muitas vezes decisivo para a agilização de todos os outros elos de ligação entre cultura e reabilitação urbana (pensemos, por exemplo, na atribuição da designação de “bairro cultural” [*cultural district*] –

ou de “rua das galerias”, se preferirmos – a áreas específicas da cidade e em todas as consequências que advêm da generalização desse tipo de epítetos).

No Porto, depois de um período de crescimento da importância da cultura de iniciativa pública, que teve um ponto alto em 2001, com a atribuição à cidade do estatuto de *Capital Europeia da Cultura*, os últimos anos têm sido de afirmação da iniciativa privada e de emergência de algumas interessantes inovações culturais. O surgimento de um número assinalável de novos projectos e espaços de cultura e lazer no centro do Porto tem vindo a conceder um outro *colorido* a esta área da cidade, contribuindo para a reconfiguração da sua imagem e para o reforço do seu cosmopolitismo. Reflectir sobre o papel – real ou potencial – destes novos projectos e espaços culturais e dos seus dinamizadores na revitalização da área central da cidade foi um dos objectivos do estudo na origem deste artigo. No próximo ponto, procuraremos examinar, a partir da análise dos discursos dos protagonistas de algumas das mais importantes novidades da cena cultural portuense recente, alguns dos elementos da relação que, nesta cidade, se vai estabelecendo entre cultura e reabilitação do centro urbano.

3. Dinâmicas culturais emergentes e reabilitação urbana do centro do Porto: uma análise a partir dos pontos de vista dos novos intermediários culturais

Uma das ideias mais consensuais entre os intermediários culturais entrevistados no âmbito da pesquisa de terreno a que o presente artigo se reporta é a de que existe, da parte de determinados grupos sociais, uma forte apetência para a reocupação do centro do Porto. Acompanhando de perto a consolidação dos discursos públicos em torno da premência da reabilitação urbana e, em concreto, da *re-habitação* das áreas devolutas do centro da cidade, o fortalecimento desta apetência tem vindo a traduzir-se, entre outras coisas, no surgimento de um conjunto de novos espaços culturais e comerciais que parecem representar as primeiras *faíscas* da “nova energia” de que, aparentemente, a cidade precisa.

Há muita gente que vem falar comigo, pedir conselhos e dizer que também gostava muito de vir para o centro do Porto e disseram-me [na SRU] que há uma lista inacreditável de gente que quer mesmo viver aqui, vir para aqui fazer negócio. Há muita, muita gente. É uma nova energia que está a voltar. E uma série de amigos que tenho todos eles [querem voltar]... Nesta rua há uma série de projectos de novas lojas que vão abrir, de imensos ramos, e eu acho que é um sentimento comum de pessoas que sentem que vivem numa cidade que tem possibilidades de ser algo mais interessante, de se fazer coisas e estar um bocado naquele impasse, não é?, estar tudo um bocado descontextualizado

e um bocado a precisar de energia e a precisar de ideias e de pessoas que venham para aqui [André, co-proprietário da *Retroparadise*].

Não raras vezes eles próprios agentes da re-habitação do centro do Porto – processo que só agora parece arrancar e que, mesmo assim, é ainda muito residual face ao fenómeno bem mais premente, porque persistente, do despovoamento⁵ –, os dinamizadores dos projectos culturais e comerciais que, a pouco e pouco, começam a surgir no centro do Porto depressa se tornam apologistas dos benefícios da instalação nessa área da cidade:

Visito centenas de casas, não para comprar, mas só para ver; aliás, já consegui que três amigos meus viessem viver para a Baixa, já lhes arranjei duas casas... Portanto, o que temos de potenciar é isto, é convencer as pessoas - e isso tem a ver com a política, tem a ver com a publicidade, tem a ver com uma mentalização mais abrangente de toda a gente - que tem muito mais qualidade de vida viver na Baixa do que viver na Maia ou do que viver, sei lá, em Rio Tinto ou em Valbom ou seja lá onde for. É porque as coisas estão perto, eu quase não preciso do carro, vou à Boavista a pé, quer dizer, circulo, não tenho qualquer problema. As casas, arquitectonicamente, têm outras características que as casas que hoje em dia se constróem não têm – têm pés direitos maiores, são maiores, têm mais luz. Isto efectivamente foi uma cidade bem construída, por isso é aproveitar o que existe. E acho que quem vai fazer isso são os artistas, primeiro que tudo. E no Porto está a acontecer aquilo que aconteceu em Barcelona há 20 anos atrás ou há 25 anos atrás, em que também era uma cidade completamente decadente e deserta, e com algumas acções no âmbito político e do desporto, das Olimpíadas e não sei quê, as pessoas começaram a sentir atracção pelo centro da cidade e a cidade encheu-se [Daniel, director do *Maus Hábitos*].

O que nos diz o director do *Maus Hábitos* esclarece alguns aspectos relativos ao modo como os nossos entrevistados encaram a temática da reabilitação dos centros urbanos. Vale a pena reter três ideias:

- A importância da consciencialização e mobilização em torno do desígnio da reabilitação urbana e das vantagens do regresso às áreas centrais das cidades;
- O papel de vanguarda no processo de *re-habitação* dos centros urbanos concedido aos artistas;
- A assunção da reabilitação urbana das áreas centrais das cidades como tendência transnacional consolidada e em vias de materialização no nosso país.

Em relação a este último ponto, tivemos já oportunidade de analisar a importância que a reabilitação urbana hoje assume enquanto elemento central de estratégias de *recriação* das cidades como palcos de extracção de valor, espécie de *novo fôlego* para centros urbanos afectados pela

⁵ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o Porto perdeu, entre 1991 e 2005, 69 007 habitantes, número que corresponde a um decréscimo populacional de -22,8% (em igual período, a população portuguesa no seu conjunto aumentou 7,1%).

desindustrialização e pela desvitalização sociodemográfica. O que o discurso do director do *Maus Hábitos* vem sublinhar é precisamente a profundidade e abrangência dos processos de disseminação da ideologia e valores do urbanismo competitivo que hoje funda o planeamento urbano nas sociedades capitalistas avançadas, os quais tendem a *naturalizar* soluções como a reabilitação urbana e a gentrificação, apresentando-as como *inevitabilidades*. Mesmo com vinte ou vinte cinco anos de atraso, a reabilitação está aí, a tempo de fazer o centro do Porto *entrar nos eixos* do desenvolvimento.

Sobre o papel de vanguarda dos artistas em todo este processo falaremos mais à frente, quando analisarmos mais especificamente quem podem ser, afinal, os protagonistas do regresso ao centro da cidade. Para já, vale a pena reter a referência do nosso interlocutor à necessidade de aposta na mobilização dos potenciais agentes do regresso ao centro do Porto. É este, aliás, o tema que mais consenso gera entre os intermediários culturais entrevistados e que mais facilmente os faz interligar cultura e reabilitação urbana. A ideia da cultura como *chamariz* – não apenas de novos residentes, mas também de actividades económicas, turismo e investimento – é amplamente defendida pelos entrevistados, que assim vão de encontro à crescente tendência de valorização das actividades culturais como factores de diferenciação das cidades e elementos fundamentais da produção de novos imaginários urbanos. Vejamos, a propósito desta questão, alguns dos comentários recolhidos junto dos nossos entrevistados:

A cultura é essencial nesse aspecto de chamar as pessoas [André, co-proprietário da *Retroparadise*].

O consumo de cultura traz movimento de pessoas para a cidade, não é? E, portanto, em arrasto disso, vem também uma certa dinâmica comercial que se pode criar pela existência de pessoas, porque, à partida, leva a que se crie à volta das pessoas uma série de actividades e de realidades que estão relacionadas com isso [Zé Tó, co-responsável pelo *Cinema Invisível*].

Não há outro processo de crescimento a não ser pelo processo da cultura. (...) A cultura - literatura, arte, artes cénicas, artes performativas e concertos - é absolutamente fundamental porque é o que faz mexer as pessoas [Daniel, director do *Maus Hábitos*].

Para mim, a cultura pode ter um papel de animação, de criar vida, ou de ajudar a criar circunstâncias que sejam aliciantes para as pessoas poderem voltar: “Afinal, posso ir morar para ali!” [José, dirigente da *Gesto*].

Eu acho que [a cultura] é o motor [da reabilitação urbana]. Sinceramente, acho que é o motor, é por aí que se deve ir, acho que pode ser a grande alavanca inclusivamente disto tudo. (...) Inclusivamente para trazer pessoas. Se há uma maior oferta cultural, obviamente as pessoas também se sentem mais [motivadas a vir para aqui]; uma maior oferta

cultural implica também haver uma maior segurança e vem tudo por arrastamento [Jaime, co-proprietário do *Bazaar*].

Eu acho que [os novos espaços culturais] dão outra dinâmica à cidade, trazem pessoas à cidade, vêm e há mais movimento... eu sou a favor que tem de acontecer qualquer coisa e que têm de aparecer novos espaços [Pedro, co-responsável pela *modaMarginal*].

[O papel da cultura na reabilitação urbana é] preponderante, claro que sim, claro que sim! Porque é a cultura que traz, é a cultura que pode manter as pessoas na cidade, não é só a cultura, mas ajuda a manter quem cá está e ajuda a trazer quem não está [Ana, directora do *Contagiarte*].

O dinamismo dos novos projectos e espaços culturais incorpora na perfeição este espírito de mudança e de reconfiguração da imagem do centro do Porto, ao visar a criação de um cenário capaz de atrair, pela sua modernidade e cosmopolitismo, uma nova geração de residentes. O perfil-tipo do novo residente corresponde, na prática, ao do consumidor regular das actividades das novas iniciativas culturais portuenses e, naturalmente, ao dos seus promotores. Falamos, pois, de adultos jovens até aos quarenta anos, membros das *classes médias urbanas* tipicamente ligados a ocupações em áreas artísticas. Este é também um ponto de concórdia entre os intermediários culturais entrevistados, os quais parecem conhecer bem a realidade de outras cidades onde as operações de reabilitação urbana têm já um historial significativo de realizações:

Eu acho que vão ser pessoas novas [a re-habitar o centro do Porto], essencialmente. Aquilo que te disse: entre os vinte, trinta anos, acho que é o tipo de pessoas que vai começar a vir para o Porto. E de uma classe social média, essencialmente, se calhar média e média alta, porque é a tendência. Isto são coisas que aconteceram em muitos lados, em muitas outras cidades mundiais [André, co-proprietário da *Retroparadise*].

A ideia que fica é que, pelo menos para já, o regresso ao centro do Porto “não é para toda a gente”, como sublinha uma das entrevistadas:

Nem toda a gente [tem interesse em voltar para o centro do Porto]... porque, lá está, aquela questão que falava dos públicos interessados em coisas diferentes e que gostam de... O que é que acontece? A maior parte das pessoas acha que isto é uma chatice, são poucas as pessoas que gostam destas casas, a maior parte das pessoas quer é uma casinha nova, com lareira e tijoleira no chão [Marina, responsável pelo *Artes em Partes*].

A responsável pelo *Artes em Partes* continua, agora num tom mais incisivo:

São os ricos [que vão re-habitar o centro do Porto]. Aquilo atingiu preços que eu não sei se são comportáveis. No fundo, as pessoas que eu conheço que gostariam de ir viver para a Baixa são bastantes, porque eu também me envolvo num núcleo de pessoas que, no fundo, acabam por ter os mesmos gostos que eu... e querem todos vir para a Baixa e tenho muitos que vivem na Baixa. (...) Imensa gente que está a vir viver, imensa gente a querer vir viver para a Baixa... Mas é um núcleo pequeno, que é o núcleo que vem aqui ao *Artes em Partes*, são aqueles que estão nos espectáculos, são aqueles que vão ao *Passos Manuel*, são aqueles que... quer dizer, são quinhentas pessoas... e acho que é muito. São sempre os mesmo no Porto que gostam destas coisas e que têm essa visão e gostam da cidade e gostam do centro e querem renovar as casas. É muito pouca gente [Marina, responsável pelo *Artes em Partes*].

Este último trecho parece-nos particularmente relevante por dois motivos: por um lado, porque liga a apetência para a reocupação do centro do Porto a um determinado segmento social e ao seu estilo de vida, o que vai de encontro ao que autores como Chris Hamnett (2000) ou, no nosso país, Walter Rodrigues (1992; 1997) afirmam acerca da criação de novas preferências culturais e residenciais por parte de grupos altamente qualificados e com intensas ligações às oportunidades que os centros urbanos tendem a facultar; por outro lado, porque admite o carácter bastante restrito do grupo de potenciais *gentrificadores* do centro do Porto, o que constitui um elemento da maior importância para a reflexão em torno da reabilitação urbana desta área da cidade e, em termos mais específicos, para a própria reflexão em torno da sustentabilidade dos novos projectos e espaços da cultura portuense. A apetência para a *re-habitação* do centro do Porto pode até existir, mas como garantir a sustentabilidade das operações de reabilitação urbana e, já agora, do dinamismo cultural emergente? Como pode a importância da cultura na reabilitação urbana ser significativa quando é ainda reduzido o número de interessados nas actividades culturais que a cidade reabilitada ou em vias de reabilitação tem para oferecer?

O papel da cultura na reabilitação... Essa é uma pergunta muito difícil de responder. Teríamos de definir o que é cultura, primeiro. O que eu vos quero dizer é assim: por muitas actividades que nós fazemos aqui, as actividades culturais que nós organizamos têm pouca participação do ponto de vista dos espectadores. (...) Hoje vai haver o Cinema Invisível e vocês vão ver que vão descer meia dúzia de pessoas. Estamos numa Sexta à noite, as pessoas preferem estar a curtir e a beber copos. É natural, eu não tenho nada que criticar, não critico nada disso, compreendo perfeitamente. Agora, a cultura em Portugal ainda tem de ser um pouco uma espécie de luta, de batalha. Porque há sempre alguns que gostam de ver e há sempre alguns que vêm e, portanto, nós continuamos para esses poucos e esses poucos vão aumentando. Vai demorar tempo, mas algum dia há-de aparecer [Rui, programador cultural do *Pinguim Café*].

As expectativas que grande parte dos intermediários culturais entrevistados deposita nas actuais políticas de planeamento e gestão urbana do centro do Porto derivam essencialmente da noção de

que dinamização cultural e reabilitação urbana não devem ser dissociadas e, mais do que isso, reflectem o que parece ser uma espécie de *encontro espontâneo de vontades* entre protagonistas do campo cultural e responsáveis políticos da cidade. Os novos espaços culturais tornam o centro do Porto mais atractiva para os grupos sociais que as políticas de reabilitação urbana pretendem fazer regressar; estas, por seu turno, operam no sentido da instalação nas áreas centrais da cidade das pessoas que consomem a cultura oferecida por esses mesmos espaços. Fecha-se assim o *ciclo virtuoso* da articulação entre cultura e reabilitação urbana, com a gentrificação a funcionar como denominador comum da relação. A perspectiva de um dos intermediários culturais entrevistados é paradigmática do que acabámos de afirmar:

Vejo com expectativa [as iniciativas tendentes à reabilitação urbana do centro do Porto]. Algumas já são públicas e parece-me que estão no bom caminho. Estão a pensar não só na reabilitação a nível comercial ou a nível turístico, mas principalmente neste factor habitacional de que eu falava agora. Parece que há intenção de reabilitar a Baixa também em termos habitacionais. (...) É esse também o objectivo desses projectos que já estão em curso: é reabilitar, mas reabilitar de uma forma saudável e equilibrada, fazer, por exemplo, habitação já dirigida a um *target* muito mais elevado, a classes mais elevadas em relação àquelas que cá existem actualmente, tentando voltar a repor a harmonia que é precisa aqui na Baixa.

(...) O papel da cultura... Não queria chegar ao ponto de dizer que é essencial, mas não andaré muito longe. Tendo em conta que estamos aqui a falar de um *target* de classes altas, pessoas jovens, à partida são pessoas já com uma abertura e com uma procura natural para este tipo de iniciativas culturais. Portanto, esta reabilitação em termos de habitação vai obrigatoriamente ter de ser complementada com outras iniciativas culturais que dêem resposta às necessidades que essas pessoas vão trazer.

(...) Se conseguirmos dar uma oferta atractiva, em termos de luxo, de condições de habitação, de estacionamento, todas essas condições que são necessárias para as pessoas se sentirem bem, eu acho que é perfeitamente possível que os jovens venham para a Ribeira. E é isso que é necessário, é conseguir equilibrar as vantagens naturais do local com as outras vantagens que têm de ser criadas de forma a desafiar as pessoas e a conseguir criar nelas o desejo de voltarem para cá [Renato, co-editor da *Search Magazine*].

A citação é bastante extensa, mas acaba por resumir de forma bastante desartificial o tom geral de grande parte das entrevistas realizadas junto dos intermediários culturais contactados. A cultura pode até ser o ponto de partida da reabilitação, mas não precisa necessariamente de sê-lo; o que interessa é que ela integre a *cadeia* que interliga, entre outros elementos, a requalificação do património edificado e do espaço público, a dinamização do comércio, o reforço das acessibilidades e o incremento da mobilidade interna, a promoção do turismo e, claro, a gentrificação, condição aparentemente impreterível do sucesso das estratégias de reabilitação urbana.

A concepção das relações entre cultura e reabilitação urbana que acabámos de expor reflecte, uma vez mais, a articulação entre o *ethos* deste grupo social e os princípios e valores em que assentam as grandes tendências actuais em matéria de planeamento e gestão das áreas centrais das cidades e, de certo modo, vai de encontro à hipótese avançada anteriormente acerca da configuração da cultura como instrumento de legitimação de estratégias de desenvolvimento urbano e de mobilização de vontades em torno de objectivos políticos.

Vimos já como a intensificação da competição interurbana tem conduzido os planeadores e os responsáveis políticos das cidades a uma *corrida* aos trunfos capazes de assegurar o reforço da atractividade dos centros urbanos face aos fluxos de investimento hoje globalmente disseminados. A procura de factores aptos a funcionar como elementos de diferenciação tornou-se, nos últimos anos, um dos principais desígnios das cidades, mas a verdade é que o leque de respostas aos problemas que hoje mais afectam os centros urbanos tem-se revelado menos amplo do que seria de esperar, muito por força da estandardização de objectivos e procedimentos provocada pela difusão intensiva de *case studies* e exemplos de *boas práticas* e pelo decalque monótono de experiências desenvolvidas em cidades *bem sucedidas*.

A pouco e pouco, vamos assistindo à consolidação de uma espécie de *senso comum* sobre os problemas das cidades e sobre as soluções a adoptar em matéria de planeamento e desenvolvimento urbano, algo que é particularmente visível quando o que está em causa é a reabilitação dos centros urbanos e o papel da cultura nesse processo.

O raciocínio partilhado por agentes culturais e agentes políticos parece ser, genericamente, o seguinte: a cultura atrai pessoas e investimentos, que motivam e sustentam operações de reabilitação, que atraem pessoas e investimentos, que motivam e sustentam projectos e espaços culturais. *A receita é simples e aparentemente infalível. Aparentemente. Algumas cidades europeias que investiram na reconversão das suas áreas centrais através da aposta no sector da cultura começam a mostrar-se incapazes de assegurar a sustentabilidade das intervenções efectuadas e o retorno das avultadas somas nelas investidas*⁶. Em muitas cidades cujos centros foram alvo de operações de reabilitação, há casas recuperadas desocupadas por falta de compradores ou porque os compradores se limitam a aguardar uma oportunidade de negócio. Mesmo em Barcelona, *case study* por excelência, registam-se casos de projectos urbanísticos mal sucedidos e recrudescer a contestação a determinadas intervenções no espaço urbano, como aconteceu com o caso do *Fórum das Culturas*.

⁶ É o que parece estar a acontecer em Sheffield, no Reino Unido, onde a aposta nas *indústrias criativas* como elemento-chave das estratégias de reabilitação do centro da cidade não tem conseguido os resultados inicialmente projectados, ao contrário, por exemplo, de Manchester, caso apontado pelos *especialistas* como paradigma da articulação virtuosa entre cultura e reabilitação urbana.

O *ciclo virtuoso* de que falávamos pode, afinal, revelar-se um *ciclo vicioso* de difícil superação. Isto porque o *senso comum* em que se baseia a problematização da relação entre cultura e reabilitação urbana contribui para *naturalizar* as utilizações de que esta é alvo e os fenómenos que frequentemente lhe estão subjacentes, como a gentrificação. A aparência de *infallibilidade* e *inevitabilidade* de uma estratégia como a que liga dinamização cultural e reabilitação urbana tende a atrair a esta causa os diversos agentes nela envolvidos, reduzindo progressivamente as possibilidades de uma problematização alternativa das estratégias de reabilitação das áreas deprimidas dos centros urbanos. Ademais, se não existe outro caminho, torna-se dispensável ouvir as populações locais, aquelas a quem, à partida, a reabilitação mais respeito diria. É essa, de resto, uma das preocupações dos dinamizadores do projecto *Cinema Invisível*:

As iniciativas são de louvar... Mas aí entramos directamente num problema político, que é, primeiro, [o facto de] as intenções ficarem pelo papel ou pelo discurso, não serem consequentes. Depois, não sei se é uma coisa que possa ser dirigida de cima para baixo. (...) Quer dizer, temos o Porto reabilitado, mas só faz sentido se as pessoas puderem usufruir do Porto reabilitado. O centro histórico está reabilitado, mas as pessoas continuam a não poder vir viver para o centro do Porto. Que sentido é que isso faz? Isso passa por políticas de arrendamento, etc., etc. Portanto, eu acho, de facto, muito louvável, mas acho que é muito mais complicado do que meramente pegar em políticas e querer cortar artificialmente, desligar de todos os aspectos [que compõem a questão], acho que aí é uma operação de cosmética [Artur, co-responsável pelo projecto *Cinema Invisível*].

A questão que me parece central é a seguinte: partir do topo da hierarquia para o povo é talvez a forma menos eficaz de mudar certas coisas que estão demasiado enraizadas, que estão muito entranhadas no modo como o cidadão se relaciona com a cidade. (...) Isto também é uma coisa transversal, não é uma coisa de cultura, não é uma coisa de urbanismo, não é uma coisa de planeamento: é uma coisa pluridisciplinar. Se calhar, a saída é, através de pequenas instituições mais próximas dos cidadãos, propiciar a mudança, em vez de haver uma proposta institucional de alteração dos hábitos de cidadania ou de vida [Zé Tó, co-responsável pelo *Cinema Invisível*].

O papel das “pequenas instituições” de que fala o entrevistado remete-nos de novo para o potencial democrático e emancipador de alguns destes novos projectos e espaços da cultura portuense. A ligação ao tecido social local e a revitalização da vida pública que, pela informalidade das suas estruturas e interactividade das suas iniciativas, estes espaços possibilitam podem funcionar como pontos de partida da perspectivação de novos papéis da cultura nos processos de reabilitação urbana. Alguns dos entrevistados fizeram questão de destacar as *janelas* abertas pela instalação de novos espaços culturais em áreas deprimidas da cidade:

As cidades tornam-se interessantes e vivenciais quando há actividade; portanto, o facto de nós estarmos aqui é o exemplo de como uma instituição cultural com uma actividade regular torna a cidade vivencial. (...) A nossa colocação aqui trouxe a esta zona alguma abertura, era uma zona fechada, praticamente fechada [José, dirigente da *Gesto*].

Houve um reforço do comércio tradicional, principalmente na área das tasquinhas e dos restaurantes, que esses é que nos acolheram de braços abertos. Porque obviamente isto gerou uma mais-valia para eles, não é?, e também uma mais-valia para algumas pessoas que estão aqui à volta, porque os espaços que existem aqui são espaços que valorizam sempre a zona envolvente. O nosso projecto, que é um projecto um bocadinho diferente dos outros, ajuda a valorizar os outros espaços à volta, principalmente este comércio [aqui à volta], valoriza-o bastante [Jaime, co-proprietário do *Bazaar*].

Há uma preocupação que eu tenho que é: [os artistas acolhidos] são todos mais ou menos locais, portanto, se não moram aqui na Ribeira, moram em S. Lázaro. Se não moram em S. Lázaro, têm os trabalhos em Miguel Bombarda. Portanto, há uma espécie de um roteiro também de exposições. Depois, mesmo em termos de produtoras de eventos, eu só trabalho com produtoras de eventos com escritório na Ribeira. Eu, em termos de som, só contrato técnicos de som que têm estúdio na Ribeira. Portanto, e tento resumir mais ou menos tudo ao quarteirão. Isto não é só uma questão social. Isto é também uma questão económica, porque eu em vez de fazer um telefonema ou ter que enviar um fax, vou lá. É só descer a rua ou é só subir a rua. Aqui vive-se mesmo aquela coisa do “É já aqui!” ou “É já ali!”. Portanto, quantos mais serviços estiverem concentrados, melhor. A minha lógica é um bocadinho essa [Rui, co-proprietário do *Caos*].

Este último trecho assinala não só o potencial de dinamização local contido nos objectivos e iniciativas destes espaços, mas também a preocupação dos seus dinamizadores com o aproveitamento dos benefícios resultantes da concentração de actividades culturais em áreas específicas das cidades⁷. A reconfiguração do espaço urbano que estes *clusters* de actividades culturais possibilitam torna ainda mais central o seu papel e a importância dos intermediários culturais na promoção da articulação entre os diversos mundos da cultura e entre estes e as outras esferas da vida urbana, facto que se traduz num claro acréscimo da responsabilidade destes actores na estruturação e consequências das operações de reabilitação urbana baseadas na promoção de novas actividades culturais e comerciais.

A crescente importância concedida pelos poderes públicos a estes espaços – reclamada, aliás, pelos seus responsáveis – constitui um indicador deste novo papel e das responsabilidades acrescidas dos intermediários culturais no processo de reabilitação do centro do Porto. À sua assunção plena faltará, porventura, um aprofundamento da reflexão sobre o tema da reabilitação urbana e uma maior proactividade na ponderação de estratégias de intervenção conjunta. A ausência

⁷ Vd., sobre este tema, as reflexões de Pedro Costa (1999; 2002).

de fóruns estruturados de partilha de ideias e experiências deriva possivelmente do facto de estes novos projectos e espaços culturais constituírem redes informais e instáveis, em que os elos de ligação são baseados sobretudo em interesses circunstanciais e/ou afinidades estéticas. Muitos dos entrevistados fizeram questão de realçar a facilidade com que, no interior do campo cultural portuense, se estabelecem contactos e parcerias, sublinhando, por outro lado, a ausência de pontos de encontro e de fóruns de discussão sobre os problemas da cidade.

A criação de tais espaços constituiria certamente um elemento de qualificação das intervenções especificamente culturais dos projectos emergentes e, mais do que isso, um elemento de reforço da articulação entre a esfera da cultura e a esfera da política e de ampliação dos ainda relativamente estreitos horizontes de perspetivação das relações entre cultura e reabilitação urbana do centro do Porto.

4. Cultura, reabilitação de centros urbanos e gentrificação (ou a *afinidade electiva* entre o *ethos* da “classe criativa” e o *espírito* do projecto urbano neoliberal)

Fizemos já referência neste artigo ao facto de as estratégias políticas tendentes à promoção de operações de reabilitação do centro do Porto se orientarem deliberadamente para a cativação de investimentos e para a atracção de grupos estratégicos para a recomposição socioeconómica da cidade, designadamente turistas, profissionais altamente qualificados e novos residentes. Em relação ao objectivo de captação de novos residentes, vale a pena acrescentar que o programa de intervenção da *Porto Vivo* assenta a sua lógica em intervenções cujo princípio fundamental é o da gentrificação do centro da cidade. Tal facto reflecte o que são hoje as tendências gerais em matéria de reabilitação dos centros urbanos e, em certa medida, valida a hipótese avançada por Neil Smith (2002) acerca da consolidação da gentrificação como “estratégia urbana global” desenvolvida no quadro da intensificação da competição entre cidades característica do actual momento do capitalismo. Na ausência de um movimento consolidado de regresso ao centro da cidade – que permanece, no Porto, um fenómeno social e quantitativamente circunscrito –, os responsáveis políticos apostam numa espécie de gentrificação *por decreto*.

Neste contexto, que lugar pode a cultura ocupar? Mais do que os edifícios cuja recuperação e reconversão funcional promovem, mais do que os postos de trabalho que criam e dos investimentos que motivam, mais do que as actividades complementares que ajudam a suportar, as dinâmicas culturais emergentes dão um importante contributo para a renovação identitária e imagética da área central da cidade, reforçando a sua atractividade junto dos investidores e, claro, junto dos *grupos*

sociais estratégicos de que acabamos de falar a propósito dos objectivos das operações de reabilitação urbana projectadas para o centro do Porto. Foi esta questão, aliás, que mais consenso gerou entre os intermediários culturais entrevistados, como tivemos oportunidade de conferir no ponto anterior.

Em grande medida, estes *novos projectos e espaços culturais* oferecem cultura para os *novos residentes* da Baixa do Porto – para os *reais*, como é óbvio, os (poucos) que nessa zona se têm vindo a instalar, e, sobretudo, para os *potenciais*, aqueles que, com os devidos *incentivos*, estarão dispostos a regressar ao centro da cidade, hoje abandonado e envelhecido, amanhã reocupado e vivo.

Note-se que o que acabámos de afirmar não significa que exista uma relação directa e linear entre cultura e reabilitação urbana ou, para sermos mais específicos, entre o surgimento de espaços culturais e a gentrificação das áreas centrais das cidades. Uma tal afirmação seria, de resto, muito difícil de ser provada, na medida em que a gentrificação é um processo complexo e para cuja concretização múltiplas variáveis concorrem. O que aqui pretendemos sublinhar é a articulação *virtuosa* que é possível divisar entre as estratégias de actuação dos responsáveis políticos e as estratégias de actuação dos dinamizadores dos novos projectos e espaços culturais do centro do Porto. Não se trata de uma articulação prevista e programada entre as duas partes, mas de uma espécie de *afinidade electiva* – para recorrer à famosa expressão de Weber – entre o *ethos* que caracteriza o grupo dos novos intermediários culturais (grupo a que alguns autores conferem o estatuto de *classe* – a “classe criativa”⁸) e os princípios e valores subjacentes às estratégias políticas de reabilitação do centro do Porto.

A comparação entre os discursos políticos em torno do tema da reabilitação da área central da cidade e os discursos dos novos intermediários culturais portuenses leva-nos a avançar com a ideia de que existe um poderoso *sensu comum* em torno do papel da cultura nos processos de reabilitação

⁸ A expressão foi celebrizada por Richard Florida, autor que, em 2002, publicou um trabalho intitulado *The Rise of the Creative Class: and how it's transforming work, leisure, community, and everyday life*, o qual viria a tornar-se um *bestseller* e uma fonte de inspiração para políticos e planeadores urbanos nos Estados Unidos da América e, posteriormente, também na Europa. A polémica tese do autor é, em termos genéricos, a de que a “classe criativa” – ou seja, o conjunto dos indivíduos envolvidos em profissões nos domínios da arte, cultura, ciência e tecnologia, ensino, investigação e em todas as áreas vocacionadas para a produção, distribuição e comercialização de bens e serviços simbólicos – é a força motriz das sociedades contemporâneas. Neste sentido, a verdadeira competição entre cidades é a competição pela atracção de membros da “classe criativa”; as cidades mais *hip*, mais *cool* – isto é, com mais diversidade cultural e maior oferta artística, de eventos e de espaços comerciais e de lazer –, serão as cidades mais aptas a satisfazer as preferências residenciais e de consumo desta nova “classe dominante”, o que as conduzirá ao inevitável triunfo no jogo da competição interurbana. Um dos resultados da publicação deste livro foi, de resto, a criação de um *ranking* das cidades norte-americanas mais atractivas para a “classe criativa”, *ranking* que Florida vai actualizando consoante as cidades vão alterando ou não as suas estratégias de captação de membros deste grupo social. Para uma análise incisiva das teses de Richard Florida e da sua harmoniosa articulação com o *espírito* do projecto urbano neoliberal, vd. Jamie Peck (2005).

urbana, senso comum esse responsável pela harmonização definida no parágrafo anterior como uma *afinidade electiva* entre o *ethos* do grupo em causa e as estratégias políticas de reconfiguração urbana e socioeconómica do centro do Porto.

A ideia genérica comumente difundida – explicamo-lo no ponto 3 – é que a cultura tem o potencial de atrair pessoas e investimentos à cidade, os quais suportarão e justificarão operações de reabilitação urbana, as quais tenderão a gerar mais actividades culturais, e assim sucessivamente. Sem que seja preciso desenvolver esforços nesse sentido, as intervenções projectadas no interior de cada um dos campos tendem a ajustar-se, provavelmente porque o que está em causa são objectivos que, visando finalidades diversas (por vezes até diametralmente opostas), possuem elementos em comum. No caso vertente, é a gentrificação que funciona como elo de ligação entre o campo cultural e o campo político. Senão vejamos: se as estratégias de reabilitação urbana visam fazer regressar pessoas ao centro da cidade – um *certo tipo* de pessoas, claro, mas que até são as que mais cultura consomem –, é perfeitamente lógico que os dinamizadores dos projectos e espaços culturais sediados no centro do Porto avaliem positivamente tais estratégias ou, pelo menos, lhes concedam o benefício da dúvida, desse modo contribuindo para o reforço da sua legitimidade. Os responsáveis políticos, por seu turno, sabem ser importante para a atracção de novos residentes a existência de uma oferta cultural dinâmica e aliciante, capaz de corresponder às expectativas dos potenciais interessados no regresso ao centro urbano; daí que sublinhem a aposta na cultura como factor de diferenciação da área a reabilitar e destaquem a importância dos projectos e espaços culturais existentes, legitimando assim os seus objectivos e a actuação que desenvolvem. O reconhecimento da importância da cultura por parte dos poderes públicos consolida junto dos protagonistas do campo cultural o sentimento de que as estratégias políticas projectadas ou em curso estão no *caminho certo*, o que reforça, uma vez mais, a sua legitimidade. Se estão no caminho certo, não existem razões para que seja alterado o seu curso e a aposta na cultura, antes pelo contrário.

O potencial de auto-reprodução desta relação é vasto, isto porque estratégias culturais e estratégias políticas beneficiam do mesmo processo: o regresso de pessoas ao centro da cidade ou, para sermos mais rigorosos, o regresso de *certas* pessoas ao centro da cidade. A *nova vulgata planetária* que o neoliberalismo produz e difunde (Bourdieu e Wacquant, 2004) encontra eco nas representações de um dado grupo social, que assim se torna veículo de divulgação e legitimação de um projecto político de cidade.

Como vimos também, este *ciclo virtuoso* facilmente se transforma num *ciclo vicioso* do desenvolvimento urbano, já que o senso comum difundido a propósito das operações de reabilitação urbana e do papel da cultura na sua promoção e sucesso tende a provocar uma certa *naturalização*

dos processos que compõem essa relação, condicionando o debate acerca da presente e do futuro da cidade.

Ao limitar, de forma velada, a produção, circulação e discussão de ideias sobre a cidade, o senso comum de que temos vindo a falar, essa *doxa* relativa ao papel que a cultura deve assumir na reabilitação das áreas centrais das cidades, restringe o leque de potenciais intervenções no cenário urbano, contribuindo para transformar a reabilitação numa mera sucessão de operações incaracterísticas e desajustadas da realidade local, quando não num mero decalque de estratégias experimentadas noutras paragens e tidas como exemplos de *boas práticas* a imitar.

O progressivo *fechamento* do horizonte de intervenção das estratégias de reabilitação dos centros urbanos tende ainda a acoplar-se aos interesses dos fluxos de capital que acorrem às cidades, na medida em que permite aos investidores ir conhecendo quais são os tipos de projectos mais rentáveis e ir antecipando quais são os locais em que vale ou não a pena investir. Se Barcelona *está a dar*, tudo o que há a fazer é investir nessa cidade e noutras que sigam o seu exemplo.

Os agentes envolvidos no planeamento urbano sabem, aliás, que os *maus alunos*, ou seja, aqueles que não seguem as regras do urbanismo competitivo e que não adoptam os princípios de intervenção definidos como *exemplares*, correm o risco de perder o *pelotão da frente* das cidades competitivas e de ficar, no máximo, com algumas *migalhas* do capital investido nos centros urbanos. O que estes agentes parecem esquecer é que, para uns ganharem, outros terão necessariamente de perder, mesmo que sigam de forma estrita os exemplos das cidades *bem sucedidas*. Como nota Harvey (1989a: 273), não sem uma ponta de ironia, “quantos centros de convenções, estádios, *disney worlds* e docas de sucesso poderão existir?”.

Além de pouco adequadas às reais necessidades locais, as estratégias *omnibus* de reabilitação urbana podem revelar-se perigosas para as próprias cidades, na medida em que o sobreinvestimento em determinados sectores – como a cultura – torna os valores investidos no espaço urbano altamente vulneráveis à desvalorização. Começam, aliás, a tornar-se conhecidos casos em que o retorno do investimento não foi conseguido, facto que certamente contribui para eliminar boa parte das possibilidades de reentrada dessas cidades no trilho da competitividade. Se a *última oportunidade* de revitalização que as operações de reabilitação urbana constituem não funciona, o capital não voltará tão cedo a acorrer ao burgo...

As restrições a que o investimento público tem sido sujeito nas últimas décadas – particularmente agudas no actual momento de recrudescimento do neoliberalismo – limitam ainda mais o horizonte de perspectivação destas questões, uma vez que tornam *irrealistas* aos olhos de todos os agentes directa e indirectamente envolvidos no planeamento e gestão das cidades estratégias de reabilitação baseadas na intervenção estatal e em dinheiros públicos. O discurso da

“contenção” e da “crise”, também ele uma coordenada ideológica importante do actual momento económico, político e social, impele as políticas urbanas a seguirem de perto os interesses do investimento privado. O que significa que o caminho da reabilitação urbana tenderá a passar durante mais alguns anos por aquilo que hoje é rentável, ou seja, a aposta nos domínios de intervenção estratégica a que temos vindo a aludir – entre os quais se inclui a cultura – e a gentrificação das áreas centrais das cidades.

A aparente ausência de alternativas *realistas* ao tipo de estratégias hoje em curso tem ainda o efeito nefasto de afastar as populações locais da discussão deste tema, legitimando o seu não envolvimento nos processos de tomada de decisão. As dificuldades colocam-se também ao investigador urbano que pretenda assumir um posicionamento crítico; nas actuais condições, é ainda muito difícil responder às solicitações dos agentes interessados na reabilitação urbana, que certamente quererão conhecer qual é, afinal, a alternativa – viável – ao projecto urbano neoliberal.

O momento é de apreensão, mas não deve ser de silêncio. A fuga à confrontação com estas questões – que são, sublinhe-se, questões relativas ao modo como hoje o poder se encontra distribuído e como, em contexto urbano, a dominação se exerce – equivale a uma *deserção* do campo das lutas (simbólicas e *materiais*) em torno do *objecto* urbano que só interessa àqueles que beneficiam do estreitamento do horizonte de possibilidades colocado às cidades.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc (2001), “NeoLiberalSpeak: Notes on the new planetary vulgate”, in *Radical Philosophy*, n.º 105.

Catterall, B. (2000), “Informational cities: beyond dualism and towards reconstruction”, in Bridge, G. e Watson, S. (eds.), *A Companion to the City*, Oxford, Blackwell.

Costa, P. (1999), “Efeito de ‘meio’ e desenvolvimento urbano. O caso da fileira da cultura”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 29.

Costa, P. (2002), “The cultural activities cluster in Portugal. Trends and perspectives”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 38.

Florida, R. (2002), *The Rise of the Creative Class: and how it’s transforming work, leisure, community, and everyday life*, Nova Iorque, Basic Books.

Harvey, D. (1985), *The Urbanization of Capital*, Oxford, Basil Blackwell.

Harvey, D. (1989a), *The Urban Experience*, Oxford, Blackwell.

Harvey, D. (1989b), “From managerialism to entrepreneurialism: the transformation of urban governance in late capitalism”, in *Geografiska Annaler*, n.º 71b.

Harvey, D. (2000), *A Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, São Paulo, Edições Loyola.

Jameson, F. (1991), *Postmodernism, or the cultural logic of late Capitalism*, Londres, Verso.

Lefebvre, H. (1970), *La Révolution Urbaine*, Paris, Éditions Gallimard.

Lefebvre, H. (1981), *La Production de l’Espace*, Paris, Anthropos.

Peck, J. e Tickell, A. (2002), “Neoliberalizing space”, in *Antipode*, vol. 34, n.º 3.

Peck, J. (2005), “Struggling with the Creative Class”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 29, n.º 4.

Pratley, D. (1994), “The role of culture in local economic development”, in Santos, M. L. L. (coord.), *Cultura e Economia*, Lisboa, ICS.

Rodrigues, W. (1992), “Urbanidade e novos estilos de vida”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 12.

Rodrigues, W. (1997), “Globalização e gentrificação. Teoria e empiria”, in Fortuna, C. (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora.

Scott, A. J. (1997), “The cultural economy of cities”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 21, n.º 22.

Smith, Neil (2002), “New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy”, in *Antipode*, vol. 34, n.º 3.

Swyngedouw, E., Moulaert, F. e Rodriguez, A. (2002), “Neoliberal urbanization in Europe: large-scale urban development projects and the new urban policy”, in *Antipode*, vol. 34, n.º 3.

Weber, R. (2002), “Extracting value from the city: neoliberalism and urban redevelopment”, in *Antipode*, vol. 34, n.º 3.